

Agenda da Reunião da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para o dia 15 de março do corrente ano, às 11:00hs, no gabinete da Vice-Presidência, neste Tribunal, constando os processos abaixo listados, dentre outros:

1. Processo nº. 10444/2013

Requerente: Devanir Garcia e outros

Assunto: Solicitam a desacumulação dos serviços extrajudiciais de notas que estão aglutinados às serventias do 1º Ofício dos municípios já relacionados no artigo 191 da Lei Complementar Estadual n. 14/91, com conseqüente outorga da delegação exclusiva e definitiva às serventias do 2º Ofício.

*Na reunião do dia 08.10.2015, a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar o processo à Corregedoria-Geral de Justiça para realização de estudo do impacto financeiro da desaglutinação dos serviços extrajudiciais de notas e, após, à Diretoria do FERJ para manifestação, retornando os autos à Comissão.

**Processo devolvido com relatório e manifestação do FERJ.

2. Processo nº. 2770/2015

Requerente: Presidente do SINDJUS/MA

Assunto: Solicita que seja encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão Projeto de Lei que dispõe sobre o reajuste da remuneração de todos os servidores efetivos e comissionados, ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

*A Comissão, no dia 29.10.2015, unanimemente, decidiu suspender a reunião a fim de que os autos fossem encaminhados à Diretoria Geral para juntada do pedido de suplementação formulado ao Governador. Em caso de negativa, a Comissão sugeriu à Presidência desta Corte que fosse reiterado o pedido na forma de telegrama, objetivando a manifestação do Chefe do Poder Executivo em face à greve dos servidores, que está causando sérios prejuízos à prestação jurisdicional.

**A Comissão, no dia 03.11.2015, unanimemente, decidiu retificar a ata da reunião realizada no dia 29.10.2015, quanto a não expedição de telegrama, e sim de ofício, reiterando anterior pedido de suplementação

formulado ao Governador do Estado do Maranhão, mantendo, ainda, o pedido de vista do Des. Marcelo Carvalho Silva.

***Despacho GP n. 52016, datado em 07.01.2016: "tendo em vista a perda do prazo para a reiteração do pedido de suplementação orçamentária, devolvam-se os autos à Comissão de Divisão e Organização Judiciária para conhecimento e providências necessárias".

3. Processo nº. 27292/2015

Requerente: Corregedora-Geral da Justiça, Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Assunto: Apresenta Proposta de Resolução que dispõe sobre a normatização do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luis, de acordo com a Lei nº. 12.153/2009.

*A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 03.11.2015.

**A Comissão, na reunião do dia 10.12.2015, unanimemente, decidiu converter em diligência para encaminhar o processo ao Setor de Estatística, no sentido de que fosse informada da quantidade de processos em todas as Varas da Fazenda Pública que sejam de competência do Juizado Especial.

4. Processo nº. 14349/2015

Requerente: Diretor de Recursos Humanos

Assunto: Apresenta Projeto de Resolução que regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Maranhão, para estudantes de Instituições de Ensino Superior Públicos e Privadas

- *A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 03.11.2015.
- **A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 10.12.2015, em razão do pedido de vista do Des. Marcelo Carvalho.

5. Processo nº. 39751/2015

Requerente: Corregedora-Geral da Justiça, Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Assunto: Apresenta Proposta de Projeto de Lei Complementar, objetivando a alteração das Leis Complementares nº 14/1991 (CDOJ) e nº 48/2000 (FERJ), como medida de implementação e homenagem ao programa "Redescobrindo os Juizados Especiais", de iniciativa do Conselho Nacional de Justica-CNJ.

- *A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 03.11.2015.
- ** A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 10.12.2015, em razão do pedido de vista do Des. Marcelo Carvalho.

06. Processo nº. 37863/2015

Requerente: Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Assunto: Encaminha Minuta de Resolução que regula, no âmbito da competência do Tribunal de Justiça do Maranhão, o procedimento relativo ao processamento dos recursos especiais e extraordinários com fundamento em idêntica questão de direito, nos termos do art. 1.036 e seguintes da Lei nº 13.105/2015.

- *A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 03.11.2015.
- ** A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 10.12.2015, em razão do pedido de vista do Des. Marcelo Carvalho.

07. Processo nº. 40723/2015

Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desa. Cleonice Silva Freire

Assunto: Apresenta Projeto de Resolução para alteração da vinculação da Diretoria de Segurança Institucional, com seus cargos comissionados e funções gratificadas, da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça para o Gabinete da Presidência.

- *A Comissão, unanimemente, decidiu pelo adiamento, na reunião do dia 03.11.2015.
- **Pedido de vista do Des. Cleones Carvalho Cunha, na reunião do dia 10.12.2015.

08. Processo nº. 18775/2015

Requerente: Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

- *A Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar à Diretoria Financeira, nos termos da decisão da Desa. Anildes, na reunião do dia 07.07.2015.
- **Pedido de vista do Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos, na reunião do dia 10.12.2015.

09. Processo nº. 14842/2015

Requerente: Diretoria do FERJ

Assunto: Proposta de alteração da Lei nº 9.109/2009, que dispõe sobre custas e emolumentos.

*Pedido de vista do Des. Cleones Carvalho Cunha, na reunião do dia 10.12.2015.

10. Processo nº. 49583/2015

Requerente: Patrícia Fonseca Pereira dos Santos, Assessor Técnico de Gestão Estratégica e Modernização

Assunto: Encaminha Projeto de Resolução para alteração da Resolução GP nº 142014, que regulamenta a Gratificação por Produtividade Judiciária, em virtude de reunião realizada pela Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade em 20.08.2015.

*Pedido de vista do Des. Cleones Carvalho Cunha, na reunião do dia 10.12.2015.

11. Processo nº. 38846/2014

Requerente: o Juiz José Afonso Bezerra de Lima, os Promotores de Justiça Antonio Augusto Neponucemo Lopes e Arnaldo Jorge Castro Ferreira e o Defensor Público Rodolpho Penna Lima Rodrigues

Assunto: Solicitam a criação e instalação de Vara Criminal, para a comarca de São Luís, com a competência para o processo e julgamento dos crimes contra a criança e o adolescente.

12. Processo nº. 20478/2015

Requerente: Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Assunto: Propõe a revogação do artigo 4º da Resolução nº 07/2015, que regulamenta a prestação de serviço voluntário no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário do Maranhão.

*A Comissão, unanimemente, decidiu pelo sobrestamento do processo, na reunião do dia 18.08.2015.

13. Processo nº. 46681/2015

Requerente: Dep. César Pires

Assunto: Solicita a criação de uma Vara Criminal especializada na comarca de Balsas.

14. Processo nº. 38824/2015

Requerente: Juiz André Bezerra Ewerton Marins

Assunto: Solicita a criação de mais uma vara na comarca de Morros, com a conseqüente elevação da comarca de Morros de entrância final para intermediária.

15. Processo nº. 58927/2013

Requerente: Des. Cleones Carvalho Cunha

Assunto: Propõe a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz.

16. Processo nº. 37099/2013

Requerente: Conceição de Maria Cadilhe Moraes Rêgo

Assunto: Requer a elaboração de projeto de lei para a modificação da Lei n. 8.175/07, que reorganizou o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão, e o enquadramento do cargo de Auxiliar de Serviço Operacional — Auxiliar de Enfermagem no grupo operacional Atividade de Nível Médio — ANM.

São Luis, 10 de março de 2016.

Des^a. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes Presidenta da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos